

“É PRECISO ACOLHER ESSA MULHER”: narrativas em grupos focais sobre (des)criminalização do aborto¹ **“WE SHOULD EMBRACE THIS WOMAN”: narratives in focus groups on the (de)criminalization of abortion**

Amanda Renaly²
Carla Rizzotto³

Resumo: *Este artigo analisa como narrativas pessoais atuam no debate sobre a (des)criminalização do aborto no Brasil. Com base na noção de democracia comunicativa de Iris Young, foram realizados três grupos focais com mulheres favoráveis, contrárias e um grupo misto sobre a ampliação do direito ao aborto. A análise mostrou que, embora não tenham ocorrido mudanças explícitas de posicionamento, o compartilhamento de histórias deslocou o debate do julgamento moral abstrato para a consideração de experiências concretas, marcadas por vulnerabilidade e desigualdade. As narrativas não eliminaram a polarização, mas favoreceram consensos mínimos, especialmente quanto à rejeição da penalização das mulheres e à defesa do acolhimento e da educação sexual como caminhos possíveis no enfrentamento da questão do aborto.*

Palavras-Chave: *Narrativas. Descriminalização do aborto. Grupo focal.*

Abstract: *This article analyzes how personal narratives operate within the debate on the (de)criminalization of abortion in Brazil. Based on Iris Young's concept of communicative democracy, three focus groups were conducted: one with women in favor of expanding the right to abortion, one with women opposed to it, and one mixed group. The analysis showed that, although no explicit changes in position occurred, the sharing of personal stories shifted the debate from abstract moral judgment to the consideration of concrete experiences marked by vulnerability and inequality. The narratives did not eliminate polarization, but they fostered minimal forms of consensus, particularly regarding the rejection of criminal penalties for women and the defense of support and sexual education as possible paths for addressing the issue of abortion.*

Keywords: *Narratives. Decriminalization of abortion. Focus groups.*

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Comunicação e Política. 35º Encontro Anual da Compós, Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Natal - RN. 9 a 12 de junho de 2026.

² Professora do Departamento de Comunicação e do Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Doutora em Comunicação pela Universidade Tuiuti, carlarizzotto84@gmail.com. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Comunicação e Participação Política (Compa).

³ Mestre em Comunicação e Política pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), amandarenaly1@gmail.com.

1. Introdução

Atualmente, o contexto político brasileiro é marcado por forte polarização, e a descriminalização do aborto não escapa a esse cenário. O tema passou a ser tratado pelo Direito brasileiro com a promulgação do Código Penal de 1940, que segue em vigor e tipificou o aborto como crime, prevendo duas exceções: nos casos de gravidez resultante de estupro e quando há risco à vida da gestante. Em 2012, o Supremo Tribunal Federal autorizou um terceiro permissivo, ao permitir a interrupção da gestação em casos de anencefalia fetal (Santos, 2012).

Apesar desses três permissivos legais, muitas mulheres e meninas ainda enfrentam obstáculos para acessar o aborto previsto em lei. A restrição de acesso ou a própria criminalização, contudo, não impedem que o aborto aconteça. Dados do portal “Aborto no Brasil”, com base no Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS), indicam que mais de 1,8 milhão de mulheres foram atendidas pelo SUS para procedimentos relacionados ao abortamento, como curetagem e aspiração manual intrauterina (AMIU)⁴ entre janeiro de 2015 e junho de 2023. Além disso, a Pesquisa Nacional do Aborto (PNA) aponta que o aborto é uma experiência comum: cerca de uma em cada sete mulheres até os 40 anos já realizou ao menos um aborto, e um em cada cinco já abortou duas vezes, evidenciando que a criminalização não reduz sua ocorrência (Diniz, Medeiros, Mdeiro, 2021).

Em seu voto favorável à ADPF 442⁵, que propõe a descriminalização do aborto até a 12ª semana, Rosa Weber menciona a centralidade que a moral detém no debate. Weber destaca que no Brasil, a discussão costuma se dividir entre uma visão baseada na moral religiosa, que considera o aborto errado, e outra de caráter jurídico, que defende o direito à vida desde a concepção. Essa divisão dificulta um diálogo democrático mais amplo sobre o assunto.⁶ (BRASIL, 2023; Renaly, 2025).

⁴ Os dados, disponíveis em <<https://abortonobrasil.info/>> (acesso em 14 fev. 2026), utilizam informações do SIH/SUS sobre curetagem e AMIU, mas não distinguem se os atendimentos se referem a abortos legais, espontâneos ou provocados. Também (como esperado) não há número oficial sobre abortos clandestinos no Brasil.

⁵ A saber, a sigla se refere à Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 442, protocolada em 2017 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e Anis - Instituto de Bioética.

⁶ Trecho do voto da Ministra: “No entanto, um olhar para os momentos normativos brasileiros nos permite verificar que a colocação da questão do aborto na arena social e política ocorreu a partir de duas abordagens principais. A colocação da questão do aborto na arena social e política se faz a partir de duas abordagens. A primeira referente à suposta moralidade pública derivada da ética religiosa. O aborto é contrário à moral

Diante desse cenário, este artigo parte da seguinte pergunta de pesquisa: como narrativas pessoais atuam como recurso comunicacional capaz de produzir deslocamentos no enquadramento moral do debate sobre a (des)criminalização do aborto? O objetivo geral consiste em analisar de que maneira o compartilhamento de histórias leva à construção argumentativa das participantes, favorecendo a emergência de convergências mínimas mesmo entre posições divergentes.

Para tanto, estabelecem-se como objetivos específicos:

- (i) examinar como as narrativas são mobilizadas para sustentar ou tensionar posicionamentos previamente assumidos;
- (ii) compreender de que modo emergem pontos de convergência (como a defesa do acolhimento às mulheres e a rejeição à sua penalização) em meio a divergências morais;
- (iii) identificar possíveis deslocamentos argumentativos ocorridos ao longo das discussões, especialmente na transição do julgamento moral abstrato para a consideração de experiências concretas.

Para responder a essas questões, foram realizados três grupos focais⁷ (GF) com mulheres maiores de 18 anos, organizados de forma comparativa: dois grupos homogêneos, um composto por participantes favoráveis à descriminalização e outro por participantes contrárias, e um grupo misto. Sustenta-se que as narrativas pessoais operam como dispositivos comunicacionais capazes de deslocar o debate do julgamento abstrato para a escuta da experiência concreta. Esse movimento não dissolve a polarização, mas reconfigura seus contornos: ao tornar visíveis trajetórias, vulnerabilidades e contextos, as narrativas favorecem a construção de consensos mínimos.

Para isso, o trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira, é apresentada a contextualização de como o tema é enquadrado no campo moral, bem como o papel das narrativas na proposição de um novo enquadramento, tomando como referência a concepção de narrativa adotada por Iris Young.

Em seguida, é descrito o caminho metodológico, com a adoção de grupos focais como

majoritária da sociedade, negligenciando qualquer abordagem do problema desde o espaço da moralidade privada e sua relação com o caráter laico do Estado. A segunda diz com o delineamento do problema jurídico, que pressupõe o caráter absoluto do direito à vida, desde a concepção. A partir dessas formas de enquadramento do problema dificultou/dificulta sobremaneira a conversação democrática, daí sua faceta inacabada, quando não adiada.” (Brasil, 2023, p. 6).

⁷ O presente artigo trata-se de um recorte da dissertação de uma das autoras.

técnica de coleta de dados e da análise narrativa como estratégia para a interpretação do material coletado. Na terceira parte, está a apresentação e a discussão dos resultados encontrados, seguida das considerações finais, nas quais são retomados os principais achados e as implicações do estudo.

2. Narrativas e moralidade: a (des)criminalização do aborto no Brasil

Um dos principais pontos de partida desta pesquisa é a provocação feita por Débora Diniz durante sua participação na audiência pública sobre a ADPF 442, em 2018. Na ocasião, a pesquisadora argumentou que o tratamento moral da descriminalização do aborto tende a tornar o debate improdutivo. Segundo ela, o problema está na própria formulação da pergunta. Ao questionar se alguém é “a favor” ou “contra” o aborto, a resposta já é orientada por uma expectativa moral, o que limita a complexidade da discussão (BRASIL, 2018, p. 169). Para Diniz, a questão mais adequada não é questionar sobre posicionamentos morais, principalmente quando relacionados a temas polêmicos como esse, mas sim, questionar se a penalização das pessoas que realizam o aborto é o caminho mais adequado.

A relação entre moralidade e direito ao aborto também é vista em Biroli (2014; 2017) e Miguel (2012), que discutem como a limitação ao direito ao aborto, movida por argumentos morais e jurídicos limitam o pleno exercício democrático das mulheres. Isso porque, mesmo na tradição liberal, que valoriza a liberdade individual, o direito de decidir sobre o próprio corpo é essencial para que alguém participe plenamente da vida pública. Quando o aborto é criminalizado, cria-se uma desigualdade significativa: as mulheres passam a ter menos controle sobre seus próprios corpos, enfrentando restrições que não recaem sobre os homens.

Além disso, o direito de decidir continuar ou não uma gestação, sem sofrer punições, não pode ser entendido apenas como “liberdade negativa”, isto é, como simples ausência de interferência do Estado (Biroli, 2014). Vai além disso. Como a autora argumenta, essa liberdade precisa ser garantida na prática por meio de políticas públicas: enfrentamento à violência de gênero, informação e orientação para decisões individuais e acesso digno aos serviços de saúde. Quando o Estado não assegura essas condições, a possibilidade de escolha fica restrita às mulheres que já têm privilégios sociais e econômicos. Nesse cenário, pode até haver uma liberdade formal, mas não necessariamente justiça (Idem, 2014, p. 128).

Para Miguel (2012, p. 668), é necessário reposicionar a questão como um tema

político, e que desta maneira envolve a defesa da autonomia individual e da laicidade do Estado, princípios estes centrais para o funcionamento da democracia. Isso pode ser feito por meio de uma mobilização política que envolva diferentes públicos, desde funcionários públicos a lideranças políticas, comprometidas em defender o direito ao aborto que esteja abarcado nesta ideia de autonomia individual e a laicidade do Estado (Renaly, 2025).

2.1. Narrativas para a compreensão do outro

A crítica de Young (2001) à democracia deliberativa fornece um dos principais referenciais teóricos deste artigo. Para a autora, a centralidade exclusiva da argumentação racional tende a invisibilizar experiências situadas e formas expressivas fundamentais para a inclusão política. Em contraposição, Young propõe a noção de democracia comunicativa, na qual diferentes modos de expressão podem ser instrumentos que complementam o argumento formal e ampliam as condições de participação.

A narrativa, nesse contexto, opera como mediação entre experiências de injustiça e sua tradução em demandas públicas. Ela contribui para o debate democrático ao (i) possibilitar a compreensão de perspectivas socialmente situadas, (ii) revelar valores e significados que nem sempre se deixam apreender por justificações formais e (iii) oferecer “conhecimento social” sobre os efeitos concretos de políticas e decisões (Young, 2001; Sarmento, 2012). Assim, contar histórias não equivale a substituir o argumento, mas a enriquecer os processos de formação da vontade coletiva.

Embora essa concepção enfrente críticas, especialmente quanto ao risco de particularismo ou coerção narrativa (Sarmento, 2012), Young sustenta que nenhuma forma comunicativa deve ser hierarquizada de antemão. O critério normativo passa a ser sua capacidade de contribuir para a construção cooperativa de soluções públicas.

Esse enquadramento teórico orienta as escolhas metodológicas deste estudo, originalmente desenvolvidas na dissertação de mestrado da primeira autora. A opção pelos grupos focais justifica-se justamente por sua capacidade de favorecer interações dialógicas nas quais argumentos e narrativas emergem de forma entrelaçada. Aqui, cabe um reforço: neste estudo, as narrativas são adotadas de forma passiva e ativa. Ou seja, a contação de histórias funciona tanto como fio condutor das discussões, usadas como recursos comunicacionais, quanto podem aparecer também nas justificativas das participantes dos

grupos.

Diferentemente de instrumentos estritamente estruturados, os grupos focais permitem observar como experiências pessoais são mobilizadas coletivamente, como ganham densidade e como se conectam (ou não) a princípios de justiça social abarcados no estudo.

Ao analisar as discussões sobre a descriminalização do aborto nesse ambiente, o objetivo não é apenas mapear posições favoráveis ou contrárias, mas compreender como determinadas narrativas estruturam o enquadramento do problema.

3. Caminho metodológico

Foram realizados três grupos focais⁸ online síncronos, com até quatro participantes cada, por meio da plataforma *Google Meet*, com duração média de 90 minutos⁹. O recrutamento ocorreu por meio da técnica de bola de neve combinada à busca ativa. Participaram mulheres maiores de 18 anos. Após aceitarem participar, as voluntárias preencheram um formulário exploratório com dados sociodemográficos (idade, estado de residência, renda, estado civil, profissão, identificação religiosa e escolaridade) e questões relativas ao posicionamento sobre o aborto em casos já previstos em lei e quanto à ampliação do direito até a 12ª semana de gestação. Além disso, o formulário também questionava se a participante conhecia alguém que já havia realizado um aborto.

A composição dos grupos foi orientada pelo posicionamento declarado em relação à ampliação do direito ao aborto, permitindo a formação de três grupos:

- (i) grupo contrário à descriminalização (Erva-doce);
- (ii) grupo favorável (Arruda);
- (iii) grupo misto (Babosa).

Para o desenvolvimento do grupo focal, foi elaborado um roteiro semiestruturado, composto por uma pergunta quebra-gelo e pela apresentação de três áudios com histórias que serviam como recursos comunicacionais (Cal; Maia, 2022) para a discussão¹⁰. Duas dessas

⁸ O projeto passou por aprovação do Comitê de Ética e Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade Federal do Paraná, de acordo com as exigências e resoluções do Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) sob o CAAE: 78287124.8.0000.0214.

⁹ A saber, os grupos foram realizados em 19, 20 e 21 de novembro de 2024.

¹⁰ O roteiro e as transcrições das histórias estão disponíveis em: <https://bit.ly/3MZI3US>.

histórias eram fictícias, criadas a partir de relatos, e a terceira consistia na narração de uma matéria de jornal.

A apresentação dos áudio¹¹ aconteciam em dois momentos. No primeiro, foram contadas duas histórias fictícias: a de Jéssica, que sofreu estupro e, pela lei, teria direito ao aborto legal e a de Rodrigo, um homem casado e pai de dois filhos que relata a decisão tomada com a esposa, Juliana, de fazer um aborto ilegal. Essas duas histórias foram escolhidas, junto com algumas perguntas, para entender como as participantes se relacionam com casos previstos em lei e casos considerados ilegais, e observar se elas usavam experiências próprias ou de pessoas próximas para justificar suas opiniões. Aqui, cabe ressaltar que essas histórias foram construídas a partir de casos compartilhados sobre o assunto. No segundo momento, foi apresentada a história de Jane, retirada de uma reportagem sobre aborto medicamentoso e denúncia hospitalar. Nesse caso, a intenção era verificar se, durante a conversa, havia a presença de desinformação, principalmente sobre o uso de medicamentos abortivos.

No final da sessão, era perguntado para as participantes se elas desejam comentar algo mais ou que não havia sido abordado durante a reunião. Após isso, a sessão era encerrada.

A partir dessas histórias, que envolviam relatos de casos de abortos legais e ilegais, eram feitas perguntas para verificar as opiniões das participantes a respeito do tema e também para observar se recorriam a histórias pessoais a fim de respaldar suas falas.

Após a realização dos três grupos focais, o material foi transcrito e submetido a uma análise narrativa, entendida como abordagem qualitativa voltada à compreensão da estrutura, dos sentidos e dos padrões presentes nas histórias produzidas em contextos sociais específicos (Belin, 2024; Jovchelovitch; Bauer, 2002). Com este método, parte-se do pressuposto de que as narrativas expressam experiências, valores e referenciais sócio-históricos das participantes.

Aqui, a proposta metodológica baseou-se na sistematizada por Luciane Belin (2024), com adequações ao objeto deste estudo. O processo se deu da seguinte maneira:

- a) Passo 1: transcrição do material;
- b) Passo 2: divisão em blocos narrativos: segmentação realizada em planilha, na qual cada bloco narrativo ocupava uma linha. A segmentação é feita a partir de

¹¹ Para conferir os áudios, basta acessar: bit.ly/4h2Hp0Q.

expressões que indicavam encerramento de uma ideia ou transição para outra;

c) Passo 3: codificação em duas etapas

i) *Etapa 1: codificação baseada em dados (composta de cinco fases)*

- 1) **material indexado**: resumo dos principais argumentos presentes no segmento;
- 2) **material não indexado**: mapeamento de elementos não verbais, como expressões emocionais, postura, vocabulário específico e nível de conhecimento demonstrado;
- 3) **trajetória resumida** das participantes em relação ao tema central da pesquisa;
- 4) **análise do conhecimento**: identificação dos principais tópicos abordados e mensagens transmitidas;
- 5) **comparação contrastiva**: identificação de semelhanças e diferenças entre as informações coletadas.

ii) *Etapa 2: codificação baseada em conceitos*

- 1) **Narração**: análise da presença de elementos narrativos utilizados para exemplificar ou fortalecer um argumento e/ou posição durante o grupo, seja por meio de histórias pessoais, seja de casos emblemáticos/midiáticos, seja pela construção de cenários hipotéticos.

A partir disso, passamos para a apresentação e discussão dos resultados encontrados.

4. Da punição ao acolhimento: apresentação e discussão dos resultados

A realização dos grupos focais resultou em aproximadamente quatro horas e meia de material posteriormente transcrito e codificado. Participaram onze mulheres, distribuídas entre o GF Erva-doce (contrárias), com quatro integrantes; o GF Arruda (favoráveis), com três; e o GF Babosa (misto), com quatro. A seguir, apresenta-se as trajetórias resumidas de cada uma delas, bem como a etapa de análise do conhecimento.

TABELA 1

Trajetórias resumidas das entrevistadas e análise do conhecimento

GF	Nome	Trajetória resumida	Análise do conhecimento
Erva-doce	Agnès	Advogada de 47 anos, Paraná, divorciada, tem renda de mais de 4 salários mínimos. É católica e tem pós-graduação completa.	<ul style="list-style-type: none"> Embora entenda a permissão legal para o aborto em casos de estupro, considera moralmente condenável tanto quanto outros casos de aborto. Acredita que a vida começa na concepção. Criticou o feminismo contemporâneo por centrar-se na defesa do aborto como um direito da mulher, o que ela não considera válido. Defende que a sociedade deve investir em educação para prevenir casos de aborto e melhorar o atendimento às mulheres em situações de vulnerabilidade. Acredita que a pessoa que vende medicamentos abortivos deve ser punida, mas que a mulher que aborta precisa de acolhimento.
	Adélia	Tem 56 anos, Paraná, é casada, telefonista, tem renda entre 1 a 2 salários mínimos, católica e tem ensino médio completo. É mãe de duas filhas adultas.	<ul style="list-style-type: none"> Concorda parcialmente com o aborto em algumas circunstâncias específicas, como estupro, risco de vida da mãe e anencefalia, mas não apoia sua legalização irrestrita. Teme que a legalização do aborto resulte em sua prática de forma irresponsável, sem a devida reflexão sobre as consequências. Defende a importância da educação como ferramenta para a prevenção de gravidezes indesejadas e para a conscientização sobre os impactos do aborto. Acredita que a pessoa que vende medicamentos abortivos deve ser punida, mas que a mulher que aborta precisa de acolhimento.
	Alice	Tem 56 anos, mora no Paraná, é solteira, manicure, tem renda entre 2 a 3 salários mínimos, católica e tem ensino médio completo. Optou por não ser mãe.	<ul style="list-style-type: none"> É totalmente contra o aborto, independentemente das circunstâncias, acreditando que a vida deve ser preservada desde a concepção. Considera a adoção a melhor alternativa para quem não pode ou não deseja criar uma criança, enfatizando que sempre há outra opção. Tem receio de que a legalização do aborto leve as mulheres a tomarem decisões impulsivas ou irresponsáveis, sem considerar todas as consequências. Acredita que dificuldades e desafios podem ser superados com união, apoio familiar e fé. Acredita que a pessoa que vende medicamentos abortivos deve ser punida, mas que a mulher que aborta precisa de acolhimento.
	Greta	Tem 35 anos, mora no Paraná, é divorciada, administradora, cristã e possui ensino superior completo e renda entre 3 a 4 salários mínimos. É mãe de um adolescente e também é	<ul style="list-style-type: none"> Concorda totalmente com o aborto nos casos de estupro e risco à vida da mulher, considerando essas situações excepcionais. Não tem uma opinião definida sobre casos de anencefalia, mantendo-se neutra nesse aspecto. É contra a ampliação do direito ao aborto, pois teme

		crítica ao feminismo.	<p>que isso incentive a realização do procedimento de forma irresponsável.</p> <ul style="list-style-type: none"> Defende que o aborto não deve ser tratado de forma leviana, pois considera a decisão complexa e com implicações morais importantes. Tem uma postura crítica em relação ao feminismo, questionando algumas de suas pautas e posicionamentos. Acredita que a pessoa que vende medicamentos abortivos deve ser punida, mas que a mulher que aborta precisa de acolhimento.
Arruda	Carolina	Tem 31 anos, mora no Paraná, é publicitária, umbandista e tem pós-graduação completa. Solteira e com renda superior a quatro salários mínimos, aos 29 anos, optou por uma laqueadura.	<ul style="list-style-type: none"> É favorável à descriminalização do aborto em qualquer situação. Conhece alguém que já tenha realizado um aborto. Se identificou com todas as narrativas apresentadas e compartilhou histórias pessoais em todos os exemplos. Utilizou humor em algumas situações. Tem conhecimento sobre o aborto medicamentoso e acompanhou uma amiga que realizou o procedimento em casa.
	Conceição	Tem 32 anos, mora no Paraná, é designer, ateia e tem pós-graduação completa. É casada e com renda superior a quatro salários mínimos.	<ul style="list-style-type: none"> É favorável à descriminalização do aborto em qualquer situação. Conhece alguém que já tenha realizado um aborto. Relacionou-se com as histórias apresentadas e trouxe experiências pessoais para sustentar suas opiniões. Destacou a questão da classe nas discussões e no acesso ao abortamento seguro. Trouxe exemplos com histórias da literatura e do audiovisual para embasar opiniões.
	Virginia	Tem 30 anos, mora no Paraná, é analista de atendimento ao cliente, agnóstica e possui ensino superior completo. Solteira e com renda entre dois e três salários mínimos.	<ul style="list-style-type: none"> É favorável à descriminalização do aborto em qualquer situação. Não sabe se conhece alguém que já tenha realizado um aborto. Defende que não deveria haver um julgamento moral em relação ao aborto.
Babosa	Zélia	Tem 27 anos, mora no Paraná e foi professora, mas atualmente é estudante de Medicina Veterinária. Solteira, com renda entre um e dois salários mínimos, é católica e possui pós-graduação completa.	<ul style="list-style-type: none"> Defende a legalização do aborto em qualquer circunstância, acreditando que a maternidade não deve ser compulsória. Comparou a realidade do Brasil com a de outros países no que diz respeito ao tratamento do tema. Conhece alguém que já tenha realizado um aborto. Se indignou com alguns dos áudios e situações tratadas. Conhece sobre o aborto medicamento, trazendo informação de limite gestacional também. É crítica ao SUS e sugeriu que a educação e campanhas governamentais são essenciais para reduzir casos de gravidez indesejada.

	Lélia	Tem 52 anos, é dona de casa, casada e tem um filho de 17 anos. Ela é umbandista e evangélica, recebe entre um e dois salários mínimos e possui ensino médio completo.	<ul style="list-style-type: none"> • É neutra em relação à descriminalização do aborto, acreditando que cada caso deve ser analisado individualmente. • Em relação aos permissos legais, concorda com o aborto em caso de estupro e risco de vida, e parcialmente em casos de anencefalia. • Compartilhou sua história pessoal sobre adoção. • Não conhece ninguém que tenha realizado um aborto e também não tem informações sobre o aborto medicamentoso. • Destaca a importância da educação e informação sobre o tema.
	Patricia	Tem 35 anos, casada e mora no Paraná. É analista de atendimento, possui ensino superior completo e recebe entre 3 e 4 salários mínimos. É protestante e, dentre as demais participantes do grupo, era a que mais se posicionava contra a descriminalização e o aborto de maneira geral.	<ul style="list-style-type: none"> • Discorda do aborto em casos de estupro, mas concorda parcialmente em casos de risco à vida e anencefalia. • É contra a descriminalização, pois tem receio de que, se liberado, as mulheres possam fazer abortos de forma irresponsável. Apesar disso, na discussão foi contra que a mulher fosse presa, defendendo um acolhimento da mesma. • Compartilhou uma experiência pessoal de um caso de estupro em sua família, onde a vítima optou por ter o filho com o apoio familiar. • Acredita que a questão financeira não deveria ser um empecilho para ter filhos e que o apoio psicológico é fundamental em decisões sobre aborto. • Destacou a necessidade de mais informações e suporte governamental para mulheres, incluindo educação sexual nas escolas.
	Sueli	Tem 34 anos e mora em São Paulo. Está em uma relação estável e é residente em gestão pública, com renda entre 2 e 3 salários mínimos. Ela é católica e ativista pelo direito ao aborto, acreditando que a decisão é individual. Defendeu que o aborto é uma questão de saúde pública e que as mulheres não deveriam ser penalizadas por suas escolhas.	<ul style="list-style-type: none"> • É favorável a descriminalização do aborto em qualquer situação. • Comparou a realidade do Brasil com a de outros países no que diz respeito ao tratamento do tema. • A justificativa era mais "racional" trazendo dados e pesquisas. • Conhece alguém que já tenha realizado um aborto • Conhecia sobre o aborto medicamentoso. • Defende que o aborto é uma questão de saúde pública no Brasil, pois as mulheres continuam a realizá-lo, muitas vezes em condições inseguras. • Sugere que a educação sexual poderia reduzir a necessidade de abortos, ao proporcionar melhor informação e opções contraceptivas.

FONTE – Dados da pesquisa, 2025.

Os três grupos apresentaram dinâmicas distintas. No GF Erva-doce, predominou uma abordagem moral e individual do tema. Ainda que, em alguns

momentos, surgissem referências a questões sociais, como violência contra a mulher, por exemplo, a discussão permaneceu centrada no feto, com menor ênfase na autonomia do sujeito.

No GF Arruda, houve ampla defesa da descriminalização. As falas dialogavam com argumentos já consolidados no movimento feminista e na defesa do direito ao aborto. Tanto no Erva-doce quanto no Arruda, observou-se maior entrosamento entre as participantes. Após um início mais contido, possivelmente pelo receio de tratar de um tema sensível, as participantes passaram a interagir entre si com mais liberdade, complementando e tensionando as respostas umas das outras.

Já o GF Babosa, grupo misto, apresentou outra dinâmica. A conversa seguiu mais próxima da lógica de pergunta e resposta, com maior intervenção da mediação para estimular a participação. Houve menos interação direta entre as participantes, embora todas tenham exposto seus posicionamentos.

A seguir, passamos para o exame dos objetivos específicos.

4.1 Como as narrativas foram mobilizadas para sustentar ou tensionar posicionamentos

A partir da codificação baseada em conceitos¹², foi possível observar que o uso de narrativas apareceu nos três grupos, ainda que com intensidades diferentes. O GF Arruda foi o que mais mobilizou relatos pessoais ou de terceiros para sustentar posicionamentos. Isso pode estar relacionado (mesmo que não expressado pelas participantes durante a sessão) a suas inclinações feministas e a como a narrativa é utilizada pelo movimento como uma estratégia de compartilhamento, uma vez que pode servir como “um poderoso mecanismo de convencimento” (Belin, 2024, p. 54).

Logo nas primeiras interações, Carolina afirmou: “infelizmente, eu fui parte da

¹² A codificação baseada em conceitos organizou os dados a partir de categorias construídas tanto com base na literatura quanto no que emergiu do campo, neste trabalho, no conceito de “narrativa”. Como aponta Muylaert (2014) em Belin (2024), essa estratégia permite transformar conceitos teóricos ou observações exploratórias em categorias de análise. Assim, a interpretação vai além do que aparece de forma mais evidente nos relatos.

mesma estatística que essa moça do primeiro áudio”, e compartilhou um episódio de violência que viveu.

Conceição também recorreu a histórias de duas amigas: uma que sofreu hemorragia após utilizar medicamento abortivo e evitou o hospital por medo de julgamento; outra que passou por um aborto espontâneo e foi tratada como suspeita de aborto provocado. A partir desses relatos, a participante desloca a discussão para o despreparo institucional e a ausência de acolhimento.

Sem contar a falta de suporte psicológico, né, tanto no caso de uma mulher que chega numa situação dessa, é, ver se foi algo que foi forçado a ela, por que que ela tá nessa situação, como tá a cabeça dela, às vezes uma pessoa que já tá, uma mulher que já tá com uma depressão, já é uma mulher que nem, sabe, ela tá precisando desse suporte psicológico, além do suporte médico. Até porque mulheres que fazem aborto em casa com medicação, muitas vezes, ou elas sangram em casa e morrem em casa. Eu tenho uma amiga que ela tomou um remédio também clandestino, e ela começou a ter uma hemorragia, ela ficou com hemorragia por três dias, com um sangramento absurdo, e não queria ir pro hospital, porque ela sabia o que ia acontecer se ela fosse pro hospital. Então, a gente fica nessa rede de, tipo, “meu Deus, ela tá tendo uma hemorragia, e aí, vamos tentar conversar com uma enfermeira? O que que a gente faz?”. Porque é a primeira coisa que vai acontecer com uma mulher chegando com uma hemorragia é, aí, tentou um aborto. (...) Eu tenho uma outra amiga que ela teve um aborto espontâneo, e ela queria muito, era uma gravidez planejada, e quando ela chegou pra fazer a curetagem, ela sofreu violência das enfermeiras, porque acharam que ela tinha feito, tentado esse aborto, e ela tava assim, sabe, ela tava muito vulnerável, porque era realmente uma gravidez, um relacionamento que ela planejou muito, e, então, **eu vi esses dois lados, uma amiga que chega pra fazer uma curetagem e é maltratada, e uma amiga que tá morrendo em casa e não quer ir pro hospital. Não tem esse preparo.** (Conceição, GF Arruda)

Embora mais presente no GF Arruda, a narração não esteve ausente nos demais grupos. Das 11 participantes, 8 compartilharam histórias pessoais ou fictícias. As narrativas foram usadas para ilustrar, justificar ou reforçar posições já assumidas. Além de sustentarem argumentos, as histórias funcionaram como ponto de conexão entre experiências individuais e questões coletivas (Young, 2000). Ou ainda, “a narrativa traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo em relatos” (Sampaio et al., 2022, p. 203) . Como demonstrado nos relatos abaixo:

No primeiro caso, a pessoa não esperava que isso acontecesse. **Mas, como mulheres, sabemos o quanto estamos sujeitas a situações assim, infelizmente.** Não deveria ser algo normalizado, mas pode acontecer. (Greta, GF Erva-Doce)

Apenas muita dor, muito ouvir, assim. Muito difícil, porque eu me senti ali naquela história também. Me senti... consegui ouvir amigas me contando, sabe? **É muito triste isso ser tão familiar, assim, em todas as histórias compartilhadas.** É tudo: “Ah, putz, eu entendo”, ou “eu conheço alguém muito próximo que me contou já.” Então, é muito difícil tudo isso. (Virgínia, GF Arruda)

Um dos motivos de eu ter deixado essa profissão [de professora] é você ver casos, muitos casos de abuso que a criança conta pra você, que o adolescente conta pra você. É você ver também, em sala de aula, meninas com um futuro brilhante, estudiosas, trabalhadoras, que casam muito cedo, têm filho muito cedo, falta de informação sobre a prevenção, falta de conversa entre a família, dentro de sala de aula. (Zélia, GF Babosa)

Esses movimentos indicam que as narrativas não permaneceram restritas ao plano privado. Ao contrário, foram articuladas a debates sobre saúde pública, violência institucional e educação sexual. Nesse sentido, os achados dialogam com a perspectiva de Young (2000), para quem contar histórias pode constituir um modo de inserir experiências particulares no espaço público, ou então, possibilitar a “construção de locais públicos e afinidades coletivas” (Sarmiento, 2012, p. 60).

4.2 Como emergem pontos de convergência em meio a divergências morais

As duas primeiras histórias apresentadas (uma amparada por lei e outra não) evidenciaram diferenças marcadas, sobretudo no GF Erva-doce. Nesse caso, era possível verificar como o tratamento moral era entrelaçado com a reflexão dos casos apresentados:

Agnès: Embora eu entenda que exista uma permissão legal para o aborto em caso de estupro, eu acredito que seja tão moralmente condenável quanto o segundo relato. É um egoísmo também. A gente fica sensibilizada porque ela foi vitimizada também, é uma vítima, ela não escolheu aquilo. Então, claro que aquilo sensibiliza. A gente não quer o mal dela, né, não é isso, mas isso não torna mais correto a atitude dela. Mesmo que seja legalmente, juridicamente permitido, existe o âmbito da norma jurídica e existe o âmbito da norma moral. Então, moralmente, eu condeno os dois da mesma forma, na minha opinião, porque você está matando o inocente por sua conveniência, para sua conveniência, simplesmente para isso. (GF Erva-doce)

Agnès afirmou que, embora reconhecesse a permissão legal em caso de estupro, condenava moralmente ambos os casos, distinguindo norma jurídica e norma moral. Apesar dessas divergências, surgiu um ponto comum entre os três grupos: a rejeição à penalização das mulheres.

No GF Arruda e no Babosa, essa posição foi frequentemente associada à autonomia

feminina e à compreensão do aborto como questão de saúde pública. No Erva-doce e no Babosa, a defesa da não penalização apareceu vinculada à necessidade de cuidado psicológico e compreensão da vulnerabilidade.

Além disso, houve indignação compartilhada em relação à violência institucional relatada nas histórias, especialmente no atendimento médico. As críticas ao despreparo das equipes de saúde e à revitimização das mulheres atravessaram os grupos, ainda que por fundamentos distintos. Esses relatos podem ser vistos como comentado por Conceição (GF Arruda) na página 12, ou como compartilhado por Sueli (GF Babosa):

Sueli: E existe uma dificuldade mesmo das equipes de saúde. De entenderem que é um direito da mulher. Que é um direito, inclusive, previsto em lei. E que eles têm o dever legal de prestar esse tipo de atendimento. Então, acho que a gente está num contexto histórico, muito difícil atualmente, tem todas essas ofensivas, vem agora essa PEC que está voltando, que vem desde o Eduardo Cunha, para a criminalização das permissões legais, inclusive nos casos de estupro, de serem realizados os abortos, então existe mesmo uma perseguição a essas mulheres que realizam abortamento mesmo pelas vias judiciais, pelas vias legais. Então, essa mulher acaba sendo revitimizada muitas vezes por algo que ela sofreu, e que ela deveria ter o direito de acessar.

Assim, mesmo sem consenso quanto à descriminalização, foi possível perceber um acordo mínimo nos diferentes grupos: a prisão não é vista como resposta adequada.

4.3 Deslocamentos argumentativos ao longo das discussões

Não houve mudança explícita de posicionamento ao longo dos encontros. As participantes mantiveram suas posições iniciais quanto à descriminalização. Entretanto, observaram-se deslocamentos no modo como os casos eram enquadrados. Ao longo das discussões, especialmente após a escuta dos áudios, o julgamento moral abstrato deu lugar, em alguns momentos, à consideração das circunstâncias concretas.

No GF Erva-doce, uma participante relatou ter se sentido “balançada” ao ouvir os relatos, ainda que não tenha alterado sua posição final. Esse tipo de movimento sugere abertura à complexidade das situações apresentadas.

A segunda história, narrada por Rodrigo, foi a que mais gerou divergências. Para participantes favoráveis à descriminalização, tratava-se de planejamento familiar. Para as contrárias, a decisão foi vista como egoísta. Ainda assim, mesmo diante da crítica, houve

esforço de compreender o contexto em que a história estava inserida:

A gente percebe que são duas histórias completamente diferentes. A primeira é um crime hediondo. (...). No segundo caso [caso de Rodrigo], apesar de ter feito essa escolha, eles ainda assim já têm dois filhos, seria muito mais estruturado. **Isso não quer dizer que a escolha deles foi errada.** A gente muitas vezes acha que porque a pessoa está casada, porque a pessoa está namorando, porque foi consensual, não deveria ser uma opção. Mas nos dois casos, a gente percebe. No primeiro caso, ela pôde ir ao hospital, ao SUS, e realizar o procedimento de forma segura. Já o segundo caso, tem o medo de ser crime, de eles poderiam ser presos, tem o medo de poder levar a mãe a óbito. (...) No segundo caso, a gente sabe que métodos anticoncepcionais são falhos. Mas como ela já tem dois filhos, a laqueadura, a vasectomia, tem um acesso maior a essas ajudas de não ter esses acidentes, caso a pessoa não queira mais ter filho, o SUS ainda é muito falho em campanhas de conscientização, em distribuição de formas anticoncepcionais diferentes. Não só o DIU e a pílula. Hoje em dia, a gente tem os implantes que duram dois anos, que são mais seguros. Mas, infelizmente, a saúde no Brasil ainda é bem limitada. (Zélia, GF Babosa)

Com isso, é possível inferir que essa história gerou uma maior divisão de opinião entre os grupos uma vez que ela não continha elementos de vulnerabilidade extrema. Isso sugere que a avaliação moral é sensível ao grau de vulnerabilidade percebida.

Ao final das discussões, outras alternativas foram levantadas e reiteradas em todos os grupos, como educação sexual, campanhas de prevenção e acesso a métodos contraceptivos. Essas propostas funcionaram como caminhos compartilhados diante das discordâncias.

Zélia: E eu acredito realmente que para melhorar esses casos seria só com campanhas e educação.

Sueli: Porque eu acho que se a gente falasse igual a Zélia estava falando, de educação sexual, a gentealaria muito menos de aborto. A gente poderia estar prevenindo, a gente poderia estar dando informação de qualidade para essas mulheres e meninas poderem optar por contraceptivos, poderem optar por aquilo que elas entendem que faz, que é melhor para os seus corpos. E principalmente a gente poder educar meninos, e que eles entendam a responsabilidade deles nesse lugar.

Patricia: A Zélia falou uma coisa também sobre a questão de ensinar, principalmente nas escolas, para poder, porque eu acredito que se tivesse esse tipo de assunto, sobre principalmente a educação sexual, a importância de se prevenir, cuidar para não ter doenças DST, o governo voltar com as campanhas igual tinha antigamente, para poder informar as pessoas, e as pessoas se informarem mais sobre esses assuntos, eu acho que iria diminuir bastante muitos casos que a gente acaba vendo aí no nosso dia a dia.

Os resultados indicam que as histórias funcionam como gatilho para reflexão e conexão entre experiências individuais e questões coletivas. As narrativas não eliminaram as divergências. Tampouco produziram consenso sobre a descriminalização. No entanto, favoreceram a emergência de um consenso mínimo em torno do acolhimento e da não

penalização. Assim, esta pesquisa se soma a outras, como a de Hoshino (2021), nas quais se verifica que as narrativas não funcionam como instrumentos de persuasão direta, mas como dispositivos capazes de introduzir complexidade no enquadramento moral. Dessa maneira, pode até não haver uma mudança imediata de opinião; contudo, observa-se uma suspensão (ainda que momentânea) das certezas previamente estabelecidas, acompanhada do reconhecimento das violências sofridas.

Os grupos revelaram que as posições não são totalmente rígidas: podem coexistir defesa da autonomia, críticas à prática, ambiguidades e contradições. Ainda assim, há um ponto comum que atravessa as diferenças: a recusa da punição como resposta e a busca por formas de cuidado e acolhimento.

5. Considerações finais

Retomando a pergunta que orientou este estudo: *como as narrativas pessoais podem produzir deslocamentos no enquadramento moral do debate sobre a (des)criminalização do aborto?* Os resultados mostram que as histórias compartilhadas nos grupos focais tiveram um papel importante na complexificação da discussão. Elas não levaram a mudanças explícitas de posicionamento sobre a descriminalização, mas abriram espaço para nuances, ambiguidades, dúvidas e reconhecimentos que não apareciam no início das conversas.

Nos três grupos, as participantes recorreram a experiências pessoais, relatos de amigas, casos conhecidos ou mesmo situações hipotéticas para sustentar seus argumentos. Esse movimento confirma a ideia de Young (2000, 2001) de que a narrativa não substitui o argumento racional, mas amplia o debate ao trazer experiências situadas para o centro da conversa. Quando as histórias aparecem, o debate deixa de ser apenas sobre princípios abstratos marcados pela moralidade e passa a considerar contextos concretos, marcados por violência, medo, desigualdade social e falhas institucionais.

Mesmo nos grupos em que havia posições firmemente contrárias à descriminalização, as narrativas provocaram algum tipo de deslocamento. Em alguns momentos, o julgamento moral cedeu espaço à escuta da vulnerabilidade envolvida nas situações apresentadas. Não houve mudança de opinião, mas houve, em certos trechos, uma suspensão da posição inicial.

Um dos achados mais relevantes foi a emergência de um consenso mínimo: a rejeição à penalização das mulheres. Ainda que divergentes quanto à ampliação do direito ao aborto,

as participantes, de forma geral, não defenderam a prisão como resposta adequada. A ideia de acolhimento, suporte psicológico e investimento em educação sexual apareceu como caminho compartilhado. Isso indica que, quando ancorado em experiências narradas, o debate pode produzir pontos de aproximação mesmo em contextos de polarização.

Além disso, ficou evidente que a avaliação moral é sensível ao grau de vulnerabilidade percebida. Casos envolvendo violência ou risco à vida geraram mais empatia e menos rigidez argumentativa do que situações vistas como “planejamento familiar”. Isso sugere que as narrativas não eliminam o dissenso, mas reconfiguram seus contornos.

Assim, este estudo aponta que as narrativas não funcionam necessariamente como instrumentos de convencimento direto. Seu efeito é mais sutil: elas introduzem complexidade, ampliam a escuta e permitem que experiências concretas tensionem enquadramentos morais previamente estabilizados. Ao mesmo tempo, é importante reconhecer os limites da pesquisa. Por se tratar de grupos focais, com número reduzido de participantes e recorte específico, os resultados não são generalizáveis. O que este estudo oferece não são conclusões universais, mas indícios e tendências observadas em interações situadas. Ainda assim, esses achados são relevantes porque revelam dinâmicas discursivas que dificilmente aparecem em pesquisas quantitativas, mostrando como, mesmo em contextos de polarização, as narrativas podem abrir brechas para deslocamentos morais e pontos mínimos de aproximação.

Referências

BELIN, Luciane Leopoldo. **"Meninas, vim deixar meu relato"**: redes sociais de apoio, contrapúblicos digitais e conversações sobre direitos sexuais e reprodutivos em grupos de mulheres. 2023. 205 f. Tese (Doutorado) - Curso de Comunicação e Política, Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2023. Disponível em: <https://bit.ly/3V0LomM>. Acesso em: 20 fev. 2026.

BIROLI, Flávia. **Gênero e Desigualdade**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

_____. O debate sobre aborto. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 123-130.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Audiência Pública Interrupção Voluntária da Gravidez ADPF 442. Distrito Federal. Relatora: Ministra Rosa Weber. 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/3yvE2yE>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

BRASIL. ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 442 DISTRITO FEDERAL. Distrito Federal. Voto: Ministra Rosa Weber. 2023. Disponível em: <<https://bit.ly/3QJNCo5>>. Acesso em: 20 fev. 2026.

DINIZ, Debora. MEDEIROS, Marcelo. MADEIRO, Alberto. National Abortion Survey – Brazil, 2021. Cien Saude Colet [periódico na internet] (2023/Mar). Disponível em: <https://bit.ly/3r1VIyy>. 20 fev. 2026.

DINIZ, Debora. MEDEIROS, Marcelo. MADEIRO, Alberto. Pesquisa nacional de aborto 2016. Revista Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, fev. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2BXRtK9>. Acesso em: 20 fev. 2026.

DINIZ, Debora. Audiência pública. Interrupção voluntária da gravidez - ADPF 442. 2018.

HOSHINO, Camilla de Azevedo Pinheiro. **Disputa argumentativa ou politização das narrativas?**: conversações de mulheres sobre o aborto no Brasil. 2021. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Disponível em: <https://bit.ly/3RecbHx>. Acesso em: 20 fev. 2026.

JOVCHELOVITCH, Sandra. BAUER, Martin W. Entrevista Narrativa. In: BAUER, Martin W. GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes; 2002

MIGUEL, Luis. F. "Aborto e democracia". Estudos Feministas, Florianópolis, vol. 20, nº 3, p. 657-672, set.-dez. 2012.

_____. A igualdade e a diferença. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 63-78.

_____. Gênero e representação política. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e Política**. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 93-108.

Renaly, Amanda. **Narrativas e perspectivas**: conversações entre mulheres sobre descriminalização do aborto no Brasil. 2025. 115f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Comunicação e Política, Setor de Artes, Comunicação e Design, Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2025. Disponível em: <https://bit.ly/46VuCLj>. Acesso em: 20 fev. 2026.

SAMPAIO, Rafael Cardoso *et al.* O enquadramento noticioso e a construção narrativa do impeachment de Dilma Rousseff nos jornais Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e O Globo. In: PRUDENCIO, Kelly;

RIZZOTTO, Carla; SAMPAIO, Rafael Cardoso (org.). **Atores coletivos em tensão**: uma década de pesquisa em comunicação e participação política. Curitiba: Editora Crv, 2022. Cap. 11. p. 201-218.

SANTOS, Débora. Supremo decide por 8 a 2 que aborto de feto sem cérebro não é crime. **G1**, Brasília, 12 abr. 2012. Disponível em: <https://bit.ly/4rqQ03x>. Acesso em 20 fev. 2026.

SARMENTO, Rayza. Narrativas Online como Forma de Expressão Política: o compartilhamento de experiências acerca da lei maria da penha na internet. **Revista Científica Gênero na Amazônia**, [S.L.], n. 5, p. 57-80, 27 set. 2022. Universidade Federal do Pará. <http://dx.doi.org/10.18542/rcga.v0i5.13186>.

YOUNG, Iris. Comunicação e o outro: além da democracia deliberativa. In: Souza, J. (org.). **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: UNB, 2001. cap. 12, p. 365-386.

_____. **Inclusion and Democracy**. Oxford: Oxford University Press, 2000.